

Ata da Vigésima Sessão Ordinária, do primeiro ano da Décima Quinta Legislatura da Câmara Municipal de Jaguariúna, realizada aos dez de setembro de dois mil e treze, às dezenove horas e trinta minutos, na Sala das Sessões “Vereador Reynaldo Chiavegato”, da Câmara Municipal, localizada no Edifício Municipal Dr. Sebastião Paes de Almeida, desta cidade. Presidente Sr. Alfredo Chiavegato Neto. Vice-Presidente Sr. Adilson José Abracez. Secretários Srs. Rita de Cássia Siste Bergamasco e Ângelo Roberto Torres. Primeiramente, foi feita a Leitura de Texto Bíblico, conforme Resolução n.º 80, de 21 de fevereiro de 1997, sendo que o Sr. Presidente proferiu o seguinte texto: Salmo 67/66: “Deus tenha piedade de nós e nos abençoe, fazendo a sua face brilhar sobre nós, para que na terra se conheça o teu caminho, e em todas as nações a tua salvação. Que os povos te celebrem, ó Deus, que todos os povos te celebrem. Que as nações se alegrem e exultem, porque julgas o mundo com justiça, julgas os povos com retidão, e governas as nações da terra. Que os povos te celebrem, ó Deus. Que todos os povos te celebrem. A terra produziu o seu fruto: é o Senhor nosso Deus que nos abençoa. Que Deus nos abençoe, e todos os confins da terra o temerão!” A seguir, o Sr. Presidente determinou a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Adilson José Abracez, Alexandre da Silva Santos, Alfredo Chiavegato Neto, Ângelo Roberto Torres, David Hilário Neto, Fábio Augusto Pina, Gerson Antonio, Luiz Carlos de Campos, Luiz Gustavo Gothardo, Rita de Cássia Siste Bergamasco, Rodrigo da Silva Blanco, Romilson Nascimento Silva e William de Souza Silva. Constatando número regimental, o Sr. Presidente, proferindo as seguintes palavras: “Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos”, declarou aberta a Sessão, dando início ao Expediente: primeiramente, o Sr. Presidente colocou em votação a Ata da Sessão Ordinária anterior, a qual foi aprovada por unanimidade de votos pelo Plenário e assinada pela Mesa. A seguir, o Sr. Presidente determinou a leitura da Matéria Constante do Expediente: pela ordem, o Sr. David Hilário Neto pediu a palavra apresentando requerimento verbal, baseado no Art. 213, II do Regimento Interno solicitando que fosse dispensada a leitura da matéria oriunda do Executivo Municipal, dos projetos, dos Requerimentos e das Indicações dos Senhores Vereadores, e das correspondências de diversos, lendo-se apenas as ementas, como constavam na pauta; em discussão e votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. A seguir, foram lidas as ementas dos seguintes ofícios do Senhor Prefeito: 1. Ofício DER n.º 079/2013, encaminhando a Casa Projeto de Lei Complementar que institui a Contribuição de Iluminação Pública CIP, de que

trata o art. 149-A, da Constituição Federal; 2. Ofício DER nº 080/2013, encaminhando a Casa Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a receber, por doação, de TC TERRENOS E CASAS EMPREENDIMENTOS LTDA, parte de imóvel denominado Sítio Santa Mônica, depois de lidos foram os projetos encaminhados para as Comissões Permanentes, para parecer; 3. Ofício SEGOV nº 0623/2013, acusa recebimento do Requerimento nº 198/2013, dos Srs. Luiz Carlos de Campos, Adilson José Abracez, Fábio Augusto Pina e Alfredo Chiavegato Neto solicitando informações sobre o acompanhamento por técnico da Prefeitura na implantação de infra estruturas nos loteamentos, bem como, acerca de faixa não edificável (viela sanitária) no Loteamento Ypê Empreendimentos Imobiliários e cópia do mapa; 4. Ofício SEGOV nº 0624/2013, acusa recebimento do Requerimento nº 200/2013, do Sr. Ângelo Roberto Torres, solicitando informações sobre existência de projeto para abertura do Estacionamento do Centro Cultural com saída para avenida; 5. Ofício SEGOV nº 0626/2013, acusa recebimento do Requerimento nº 201/2013, do Sr. Luiz Carlos de Campos solicitando informações sobre o número de pacientes em fila de espera para recebimento de prótese dentária e previsão para normalização; 6. Ofício SEGOV nº 0627/2013, acusa recebimento do Requerimento nº 202/2013 da Sra. Rita de Cássia Siste Bergamasco solicitando informações sobre os serviços disponíveis para atendimento em tempo integral de famílias sem condições de cuidar de familiares acamados que não possuem recursos para arcar com cuidadores; 7. Ofício SEGOV nº 0628/2013, dando resposta ao Requerimento nº 203/2013 da Sra. Rita de Cássia Siste Bergamasco solicitando informações sobre os serviços disponíveis para acolhimento de longa permanência de idosos, vítimas de violência e negligência por parte de familiares, bem como, dados referentes a esta demanda; 8. Ofício SEGOV nº 0629/2013, acusa recebimento do Requerimento nº 204/2013 da Sra. Rita de Cássia Siste Bergamasco, solicitando informações sobre a forma de realização dos atendimentos no Centro de Atenção Psicossocial - CAPS; 9. Ofício SEGOV nº 0630/2013, acusa recebimento do Requerimento nº 205/2013 do Sr. William de Souza Silva - Zidane solicitando informações sobre existência de programa para atendimento de animais abandonados, maltratados e doentes e parcerias com entidades; 10. Ofício SEGOV nº 0631/2013, acusa recebimento do Requerimento nº 206/2013 do Sr. William de Souza Silva – Zidane solicitando informações sobre concurso público realizado em 2010 pela Empresa Advise Consultoria & Planejamento Ltda; 11. Ofício SEGOV nº 0632/2013, acusando o recebimento do Requerimento nº 207/2013 do Sr. Alfredo Chiavegato Neto solicitando

informações sobre a possibilidade de estudos para uma nova denominação de uma das ruas com mesmo nome nos bairros Recreio Floresta e Guedes (Francisco Dal’Bó); 12. Ofício SEGOV nº 0633/2013, acusando o recebimento das Indicações nºs: 473, 474, 475 e 476/2013, do Sr. Fábio Augusto Pina; 477, 478, 479 e 480/2013, do Sr. Ângelo Roberto Torres; 481/2013, do Sr. Alfredo Chiavegato Neto; 482 e 483/2013 do Sr. Luiz Gustavo Gothardo; 484/2013 do Sr. Rodrigo da Silva Blanco; 485 e 486/2013 do Sr. Alexandre da Silva Santos; 487/2013 do Sr. William de Souza Silva; 488/2013 do Sr. Romilson Nascimento Silva; 489/2013 do Sr. Gerson Antonio. A seguir, dos Senhores Vereadores foram apresentados: Projetos: 1. De Lei do Sr. Alfredo Chiavegato Neto que acrescenta o inciso XIII, ao art. 2º da Lei nº 1239, de 22 de junho de 1999, que dispõe sobre a reformulação do COMDEMA, conforme art. 5º do ADT da LOM; 2. De Decreto Legislativo da Sra. Rita de Cássia Siste Bergamasco que dispõe sobre concessão de título de “Cidadão Jaguariunense”, ao Sr. José Antonio Gardizan, depois de lidos foram os projetos encaminhados para as Comissões Permanentes para parecer; Requerimentos, lendo-se apenas as ementas: 1. Do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres solicitando ao Deputado Estadual Alcides Amazonas, intercessão junto ao Ministro dos Esportes, Aldo Rebelo, para que seja destinada verba no valor de R\$ 2.700.000,00, para término da reforma do Estádio Alfredo Chiavegato, neste Município; 2. Do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres solicitando ao Deputado Estadual Alcides Amazonas, intercessão junto ao Governo do Estado, para que seja destinada verba no valor de R\$ 50.000,00, para compra de um veículo para entidades deste Município; 3. Dos Srs. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres e David Hilário Neto solicitando ao Executivo Municipal, informações sobre a previsão para a volta do funcionamento da Farmácia 24 horas do Hospital Walter Ferrari; 4. Do Sr. Alexandre da Silva Santos - Xanddy solicitando ao Executivo Municipal, informações sobre a necessidade de locação de 05 (cinco) equipamentos medidores de velocidade (radar) e quais os benefícios que isso trará para nosso Município; 5. Do Sr. Adilson José Abracez solicitando ao Executivo Municipal informações sobre o porquê do art. 1º da Lei Complementar 211/2012 , não estar sendo cumprido, referente à isenção de taxas municipais; 6. Do Sr. William de Souza Silva - Zidane solicitando à Mesa, em caráter de urgência, convidar os Srs. Prefeito Municipal, Tarcisio Cleto Chiavegato e José Roberto Chiavegato, Secretário Municipal de Educação, para prestarem esclarecimentos referentes ao acórdão TC-002669-06 (repasso de verbas ao terceiro setor – ACEPEP); 7. Do Sr. William de Souza Silva - Zidane solicitando ao Executivo Municipal informações sobre a

regulamentação do transporte escolar dos bairros Sto. Antonio do Jardim, Bom Jardim e Floresta, que leva crianças com até 10 anos de idade, até a Creche do bairro de Guedes, sem dispositivo de segurança apropriado; 8. Do Sr. William de Souza Silva - Zidane solicitando à empresa Estâncias Metrópolis Transportes e Viagens Ltda, inclusão de mais horários de ônibus para os bairros Sto. Antonio do Jardim, Bom Jardim e Floresta, sentido ao centro e vice-versa. Indicações, lendo-se apenas as ementas: 1. Do Sr. Adilson José Abracez solicitando ao Executivo Municipal, medidas satisfatórias, como sinalização de solo e aéreas, para solucionar os problemas no cruzamento da Rua Alfredo Bueno com Praça das Andorinhas; 2. Do Sr. Gerson Antonio – Gerson do Gás solicitando ao Executivo Municipal colocação de placas identificando os nomes das ruas nos bairros Terras da Capela de Santo Antonio, Parque Florianópolis e Jardim Pinheiros; 3. Do Sr. Gerson Antonio – Gerson do Gás solicitando ao Executivo Municipal sinalização horizontal e vertical nos bairros Roseira de Baixo e Roseira de Cima; 4. Do Sr. Gerson Antonio – Gerson do Gás solicitando ao Executivo Municipal operação para revitalizar e tapar os buracos do asfalto do Bairro Roseira de Baixo, em especial na Rua Cerejeira; 5. Do Sr. Gerson Antonio – Gerson do Gás solicitando ao Executivo Municipal operação para revitalizar e tapar os buracos do asfalto do Bairro Roseira de Cima; 6. Do Sr. Luiz Gustavo Gothardo - Guga solicitando ao Executivo Municipal colocação de placa de identificação da Rua Chiorato, esquina com a Av. Antonio Pinto Catão e também na Rua Machado de Souza, esquina com a mesma, na Vila Miguel Martini; 7. Do Sr. Luiz Carlos de Campos - Bozó solicitando ao Executivo Municipal autorização para construção de escada em alvenaria no canteiro da Rua Maranhão, para acesso ao Bairro São Pedro, na altura da Rua Manoel Queiroz; 8. Do Sr. Luiz Carlos de Campos - Bozó solicitando ao Executivo Municipal pintura em amarelo das guias rebaixadas da Rua Líbano, para realçar a proibição do estacionamento de veículos naqueles pontos; 9. Do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres solicitando ao Executivo Municipal reforma de uma lombada, deixando esta dentro dos padrões, na Avenida Antonio Pinto Catão, em frente à Farmácia Anjo Farma; 10. Do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres solicitando ao Executivo Municipal a possibilidade de ser implantado um “Poupa Tempo” em Jaguariúna; 11. Do Sr. Alexandre da Silva Santos - Xanddy solicitando ao Executivo Municipal destinar vagas de estacionamento para deficientes físicos e idosos, em frente ao Ginásio Caio Pompeu de Toledo (Azulão), na Rua Amazonas; 12. Do Sr. Alexandre da Silva Santos - Xanddy solicitando ao Executivo Municipal colocação de proteção nas grades que ficam em volta da

quadra de esportes, localizada no Ginásio Cáio Pompeu de Toledo (Azulão); 13. Do Sr. Alexandre da Silva Santos - Xanddy solicitando ao Executivo Municipal pintura de faixas de estacionamento para motos em formato vertical na Rua Amazonas em frente do Ginásio Cáio Pompeu de Toledo (Azulão), entrada principal; 14. Do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres solicitando ao Executivo Municipal para que a Rua Goiás, sentido Rua Artur Nogueira/ Rua Amazonas, seja mão única de direção; 15. Do Sr. William de Souza Silva - Zidane solicitando ao Executivo Municipal limpeza do terreno na Rua Amoreira, próximo ao nº 358, no Bairro Roseira de Cima; 16. Do Sr. William de Souza Silva - Zidane solicitando ao Executivo Municipal reforma e manutenção urgente no campo de bocha do Parque Serra Dourada, no Bairro João Aldo Nassif; 17. Do Sr. William de Souza Silva - Zidane solicitando ao Executivo Municipal manutenção da calçada na Rua Tassinari, próximo ao nº 197, no Bairro Jd. Dona Luiza; 18. Do Sr. Rodrigo da Silva Blanco - Magrão solicitando ao Executivo Municipal pintura de uma faixa de pedestre na Av. Alexandre Marion, próximo da esquina da R. Bernardino, Br. 12 de Setembro, em frente da EMEI Prof. Eraldo Moraes Penteado; 19. Do Sr. Rodrigo da Silva Blanco - Magrão solicitando ao Executivo Municipal repintar a faixa de pedestre que está apagada na Av. Marginal, Centro, em frente da Farmácia de Alto Custo. A seguir, foram lidas as seguintes Moções: 1. Do Sr. Alfredo Chiavegato Neto de congratulações e louvor à Jaguariúna pelo seu 59º Aniversário de Emancipação Política Administrativa, comemorado em 12 de setembro; 2. Do Sr. Fábio Augusto Pina de Louvor à atitude do PM Carlos Alexandre Iope e de sua esposa a GM Priscila Mendes Pereira Iope que, atentos à segurança na cidade, mesmo em dia de folga, conseguiram com os Soldados A. Santos e Valim, e com o auxílio da Guarda Municipal, resolver a questão de roubo que sofreu um idoso, no dia 04 de setembro corrente; 3. Dos Srs. Adilson José Abruhez e Luiz Gustavo Gothardo de protesto à proposta do Ministério da Educação contida no item 488, do Eixo VII do Documento Referência da CONAE – Conferência Nacional de Educação - 2014, que prevê a extinção da parceria das APAEs com o Poder Público; 4. Do Sr. Adilson José Abruhez de congratulações e louvor aos Médicos Veterinários pela sua profissão, pelo seu dom divino e a sua dedicação. A seguir, foram lidas as ementas das seguintes correspondências de Diversos: 1. Comunicado nº 011563/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 102.400,00; 2. Comunicado nº 011564/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 131.800,00; 3. Comunicado nº 000142/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde sobre

liberação de verba ao Município no valor de R\$ 183,00; 4. Comunicado nº 000455/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 84.000,00; 5. Carta do Arcebispo de Aparecida e Presidente da CNBB, Cardeal Raymundo Damasceno Assis, acusando recebimento da Moção nº 55/2013 Do Sr. David Hilário Neto e Outros de congratulações e louvor à Sua Santidade o Papa Francisco, ao Arcebispo do Rio de Janeiro, ao Presidente da Comissão Episcopal para Juventude da CNBB, ao Coordenador Geral da JMJ e ao Coordenador Geral do Voluntariado na realização da Jornada Mundial da Juventude-2013, na cidade do Rio de Janeiro; 6. CT PL R* 407/2013 do Gerente Regional da Telefônica/Vivo dando resposta ao Requerimento nº 190/2013 do Sr. Adilson José Abracez solicitando informações sobre instalação de cabos telefônicos nas ruas oito, nove e dez do loteamento parque dos Ypês; 7. Ofício 00137/2013 – SUGED/GEDIS/DR/SPI do Gerente Operacional de Distribuição – DR/SP dos Correios dando resposta ao Requerimento nº 183/2013 do Sr. William de Souza Silva - Zidane solicitando informar os motivos de ainda, não serem entregues correspondências no bairro Santa Úrsula, próximo à Empresa Engratech (com cópia para o Prefeito Municipal); 8. Ofício 04858/2013 – SUGED/GEDIS/DR/SPI do Gerente Operacional de Distribuição – DR/SP dos Correios dando resposta ao Requerimento nº 167/2013 do Sr. Adilson José Abracez solicitando entrega de correspondências no Bairro Nova Jaguariúna III; 9. Of. CE.CMC. 096/2013 do Presidente da Câmara Municipal de Campinas agradecendo participação em Palestra “Tribunal e o Município Forte”, acontecida em 22 de agosto, naquele legislativo, e encaminha DVD na íntegra do evento. A seguir, o Sr. Presidente colocou em Votação as Proposituras abaixo, comunicando que se houvesse desejo de discussão, deveriam proceder de acordo com o Art. 154, alínea única, do Regimento Interno, alterado pelas Resoluções nºs 63 e 91: 1. Requerimento do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres solicitando ao Deputado Estadual Alcides Amazonas, intercessão junto ao Ministro dos Esportes, Aldo Rebelo, para que seja destinada verba no valor de R\$ 2.700.000,00, para término da reforma do Estádio Alfredo Chiavegato, neste Município, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; pela ordem, o Sr. Alfredo Chiavegato Neto pediu a palavra e apresentou requerimento verbal, baseado no Art. 243, I, e § 3º do Regimento Interno, solicitando que a votação das demais proposições acontecesse pelo processo simbólico, onde os que estivessem de acordo permaneceriam sentados, e os contrários se levantariam, visto o acúmulo de proposições; em discussão e votação o requerimento verbal, foi o mesmo

aprovado por unanimidade de votos; a seguir, o Sr. Presidente colocou em votação as demais proposituras, pelo processo simbólico, conforme preceituava o § 1º do Artigo 243, comunicando que os Vereadores que fossem favoráveis permanecessem sentados, e os que fossem contrários ficassem em pé: 2. Requerimento do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres solicitando ao Deputado Estadual Alcides Amazonas, intercessão junto ao Governo do Estado, para que seja destinada verba no valor de R\$ 50.000,00, para compra de um veículo para entidades deste Município; em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 3. Requerimento do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres e David Hilário Neto solicitando ao Executivo Municipal, informações sobre a previsão para a volta do funcionamento da Farmácia 24 horas do Hospital Walter Ferrari, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 4. Requerimento do Sr. Alexandre da Silva Santos - Xanddy solicitando ao Executivo Municipal, informações sobre a necessidade de locação de 05 (cinco) equipamentos medidores de velocidade (radar) e quais os benefícios que isso trará para nosso Município, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 5. Requerimento do Sr. Adilson José Abrucez solicitando ao Executivo Municipal informações sobre o porquê do art. 1º da Lei Complementar 211/2012, não estar sendo cumprido, referente à isenção de taxas municipais, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 6. Requerimento do Sr. William de Souza Silva - Zidane solicitando à Mesa, em caráter de urgência, convidar os Srs. Prefeito Municipal, Tarcisio Cleto Chiavegato e José Roberto Chiavegato, Secretário Municipal de Educação, para prestarem esclarecimentos referentes ao acórdão TC-002669-06 (repasso de verbas ao terceiro setor – ACEPEP), em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 7. Requerimento do Sr. William de Souza Silva - Zidane solicitando ao Executivo Municipal informações sobre a regulamentação do transporte escolar dos bairros Sto. Antonio do Jardim, Bom Jardim e Floresta, que leva crianças com até 10 anos de idade, até a Creche do bairro de Guedes, sem dispositivo de segurança apropriado, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 8. Requerimento do Sr. William de Souza Silva - Zidane solicitando à empresa Estâncias Metrópolis Transportes e Viagens Ltda, inclusão de mais horários de ônibus para os bairros Sto. Antonio do Jardim, Bom Jardim e Floresta, sentido ao centro e vice-versa, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 9. Moção do Sr. Alfredo Chiavegato Neto de congratulações e louvor à Jaguariúna pelo seu 59º Aniversário de Emancipação Político Administrativa, comemorado em 12 de setembro, em votação, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos; 10.

Moção do Sr. Fábio Augusto Pina de Louvor à atitude do PM Carlos Alexandre Iope e de sua esposa a GM Priscila Mendes Pereira Iope que, atentos à segurança na cidade, mesmo em dia de folga, conseguiram com os Soldados A. Santos e Valim, e com o auxílio da Guarda Municipal, resolver a questão de roubo que sofreu um idoso, no dia 04 de setembro corrente, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos; 11. Moção dos Srs. Adilson José Abracez e Luiz Gustavo Gothardo de protesto à proposta do Ministério da Educação contida no item 488, do Eixo VII do Documento Referência da CONAE – Conferência Nacional de Educação - 2014, que prevê a extinção da parceria das APAEs com o Poder Público, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos; 12. Moção do Sr. Adilson José Abracez de congratulações e louvor aos Médicos Veterinários pela sua profissão, pelo seu dom divino e a sua dedicação, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos. A seguir, o Sr. Presidente deixou livre a palavra aos senhores Vereadores, que quisessem fazer uso por seis minutos, seguindo ordem de inscrição em livro, versando sobre Temas Livres: pela ordem, tomariam a palavra os Srs. Fábio Augusto Pina e Gerson Antonio, que a passaram; tomou a palavra o Sr. Luiz Carlos de Campos que cumprimentou a todos, dizendo que só estava fazendo uso da tribuna, naquele dia, para solicitar aos nobres Vereadores que, como era do conhecimento de todos, já estava na Casa o PPA, que era o Projeto Plurianual dois mil e quatorze, dois mil e dezessete e a Proposta de Lei Orçamentária, também, para o ano que viria, e como tais projetos demandavam audiência pública, convidou a todos os Vereadores para que estivessem na reunião de Comissões, na segunda-feira, que já era de praxe fazer, às dezoito horas, e disse que esses projetos eram de competência da Comissão de Orçamento, ele fazia parte, o Romilson e a Rita, mas seria interessante que todos participassem, porque caso houvesse alguma alteração, seria interessante darem uma estudada prévia nesses projetos, e que se todos os Vereadores estivessem presentes na reunião na segunda-feira, poderiam estar definindo essas datas, essas audiências públicas, e disse da reunião, na segunda-feira vindoura, às dezoito horas; agradeceu; a seguir, tomaria a palavra o Sr. Luiz Gustavo Gothardo, que a passou; tomou a palavra o Sr. Rita de Cássia Siste Bergamasco que cumprimentou a todos, dizendo que na última sessão, ela disse sobre a reunião na Caixa, convidando todos os Vereadores que eles teriam a reunião que foi na sexta-feira anterior, mas quando eles fizeram contato, na verdade, o superintendente, Sr. Marcos Fontes, não estaria presente, e também a empresa não havia confirmado a presença; disse que falou com a Cintia, que era a pessoa que coordenava a reunião, ela, então, falando por telefone com o Sr.

Marcos Fontes, eles decidiram marcar uma reunião específica com a Câmara, onde haveria a participação da Câmara, da Empresa, da Superintendência da Caixa e da Prefeitura; disse que, provavelmente, na segunda semana de setembro ou na última semana de setembro, e que ela não tinha dado a data, ainda, mas ela deveria passar para eles, e que todos deveriam receber o convite; pediu desculpas, que ela tinha convidado, e depois o pessoal da Caixa não estaria, e não teria tanta validade para eles a reunião; agradeceu; cumprimentou, também, o requerimento do Guga e do Adilson em relação às APAEs, que achava que era extremamente viável, e que precisavam fazer uma frente sim, de tentar manter o que hoje já se tinha que era pouco, e se ainda tirasse, provavelmente essas entidades fechariam, e parabenizou aos nobres Colegas; agradeceu; a seguir, tomariam a palavra os Srs. Rodrigo da Silva Blanco e Romilson Nascimento Silva, que a passaram; tomou a palavra o Sr. William de Souza Silva que cumprimentou a todos, agradecendo, primeiramente, aos Vereadores pela aprovação dos requerimentos, de propostas, parabenizou ao nobre Colega, Vereador Neguita, pelo requerimento enviado pela verba de melhoria ao Estádio Municipal, que era muito importante, e esperava que esse Estádio efetivamente, tivesse uma finalidade mais eficaz para o Município e pudessem ser concluídas as obras, e de muita valia a atitude do Vereador, e que levava seus cumprimentos ao nobre Deputado, que teve a iniciativa de destinar tal verba, através do requerimento do Vereador; agradeceu, também, ao convite dos Colegas Vereadores, sobre as reuniões de Comissões, e que gostaria de falar, também, que no dia seguinte, teriam aí, conforme entendimentos junto aos Vereadores, em conversa com a Rita, teriam a reunião da Comissão de Direitos Humanos, que seria de muita importância para eles esclarecerem alguns fatos, alguma atitude da Presidente, onde questionou a conduta deles, Vereadores, e que ele achou interessante e como teve um ofício endereçado a ele, seria interessante, e conversou com a Rita, com o Bozó, deles estarem conversando com a Presidente, e que seria muito importante que os Vereadores estivessem presentes, inclusive o Vereador Romilson, se ele tivesse oportunidade de estar vindo, no dia seguinte, para eles esclarecerem aquele fato, para eles não deixarem nenhum tipo de conotação, principalmente, de tirar as dúvidas dos servidores, que entenderam de uma outra forma; disse que gostaria, também, de esclarecer à população em geral, e aos Senhores Vereadores, sobre a matéria que saiu e alguns questionamentos que teve na semana, sobre a questão da votação da atitude do ilustre Promotor de Justiça do Município que entendeu por bem entrar com uma Ação Civil Pública, em reformar uma decisão deles, da Câmara, e que gostaria de deixar bem claro a

todos que ele não viu nenhum tipo de manobra nessa votação, ele, particularmente, votou com consciência, e todos os Vereadores com quem ele conversou, que participaram, tiveram plena ciência do que estava acontecendo, até porque eles não teriam outra situação, teriam que participar dessa votação, e que foi proposta pelos Vereadores que entenderam que teve algum tipo de cerceamento de defesa, uma coisa que ele achou extremamente importante, foi a colocação do Jurídico da Casa, que não teve a possibilidade de participação neste julgamento, embora ele, particularmente, questionava algumas atitudes do Jurídico, até atitude de exercício para cada Vereador, mas que ele entendeu que, realmente, teve a fundamentação para ser proposto aquilo, e que na época foi apresentado e eles votaram; disse que ele votou segundo os critérios que lhe pareceram convincentes, e que mantinha a sua decisão e não tinha porque alterá-la e até haver alguma demonstração de ilegalidade, que acreditava que não iria ocorrer, e que sua decisão era irrevogável; disse que a decisão foi política, todos sabiam, e que eles não estavam ali no Tribunal Jurídico para julgar, e dentro de um processo político, embora ele tivesse algumas condutas de cobrança, acreditava que fosse tudo de interesse público, e que a sua fundamentação para votar naquela situação foi respeitando o direito da maioria da população e que, querendo ou não, no seu ponto de vista foi muito bem trabalhado pela oposição, pelos adversários, questão de ficha suja, dinheiro que foi desviado da educação, vários critérios, a figura do Prefeito teve esses debates, mesmo assim dezesseis mil pessoas foram lá e votaram no Prefeito que estava aí; disse que ele era contrário a novas eleições numa situação antecipada, ele achava que, no seu ponto de vista, não era bom para a cidade, e que tomavam a atitudes deles no que era bom para a cidade; disse que, no seu ponto de vista, não era bom ter uma nova eleição agora, e que respeitava as pessoas que tinham opiniões contrárias, as pessoas que torciam para que as coisas dessem erradas, mas que ele procurava ter responsabilidade, na sua parte ele acreditava que não era bom no momento, e que respeitava a Justiça Eleitoral, respeitava o Ministério Público, os seus entendimentos, mas dentro de um processo político, a decisão foi decidida no voto, e que acreditava que os novos adversários, quem tinha interesse, que se submetessem, num período de eleição, e ganhasse ou vencesse ou tentasse se estabilizar com as pessoas no voto, e que era esse seu recado para a Justiça Eleitoral e para o Ministério Público, que ele respeitava a decisão judicial, eles não questionavam, eles cumpriam, mas que aquele era seu ponto de vista, que o voto ali foi político e, politicamente, a população decidiu no voto, e se a Justiça entendesse de forma contrária, ele, particularmente, respeitava, estava ali para cumprir as decisões, e que essa era a

sua opinião referente à situação, e que achava que, quem colocou que houve algum tipo de manobra, que Vereador foi comprado para votar favorável ao Prefeito, deveria vir na Casa e provar, e que ele estava à disposição para qualquer tipo de esclarecimentos, e que a sua conduta era transparente e seu compromisso era público; agradeceu pela atenção de todos; a seguir, tomou a palavra o Sr. Adilson José Abracez que cumprimentou a todos, agradecendo a presença de todos, dizendo que como seu requerimento foi lido apenas a ementa, era sobre o requerimento que falava da Lei Complementar duzentos e onze de dois mil e doze, e que, na verdade, simplificando, que aquela era a lei que permitiu a divisão dos lotes já edificadas em lotes menores, com no mínimo, cinco metros de frente, com área mínima de duzentos e cinquenta metros, ela foi feita em dois mil e doze, e que naquela emenda na lei original, a Lei Complementar duzentos e quinze de nove de outubro de dois mil e doze, foi alterada por outra lei complementar duzentos e onze barra dois mil e doze, que também, falava sobre o assuntos e acrescentava, só para esclarecer: “A Prefeitura do Município de Jaguariúna autorizará o desmembramento de lotes já edificadas, averbados ou não, e que não observem as dimensões mínimas previstas na legislação de parcelamento e ordenamento do uso e da ocupação do solo, desde que atendam aos seguintes requisitos”, aí vinha elencando todas aquelas coisas, “ficando desde já isentos de pagamentos de quaisquer taxas municipais para as finalidades devidas:” Disse que isso era lei, foi aprovada, foi promulgada, então, a Prefeitura tinha que acatar essa decisão; disse que o cidadão que pleiteava esse desmembramento, entrava com projeto, com engenheiro responsável, com todos os requisitos, dentro dos requisitos, e não pagaria essa taxa, e que estava acontecendo que quando se pleiteava o não pagamento, era dado entrada na Prefeitura, a Prefeitura acertava, o Departamento Técnico fazia toda a conferência, para ver se estava legal, aprovava a parte técnica, aí ia para o Jurídico e o Jurídico ficava com essa pendência de atender ou não atender essa lei, e que diziam eles que precisavam ver se não iria afetar o orçamento, a questão de orçamento, tudo, mas que o problema era que ele questionava que precisava dar uma solução, que o projeto não podia ficar parado, lá, e que se era uma lei que foi aprovada, que foi promulgada, e não foi questionada a ilegalidade dela na Justiça, era lógico que ela tinha que ser cumprida, não tinha a menor dúvida, e que isso era até uma questão de defender o Poder Legislativo, e que estava questionando e botando essa pressão para que o Poder Executivo, dentro dos Departamentos dele, a parte jurídica, que resolvesse logo e acatasse a decisão da Câmara, que foi uma decisão colegiada e aprovada e promulgada, e, também, que essa lei tinha um

prazo, terminava dia trinta e um de dezembro de dois mil e treze, e que não podia ficar aí, enrolando a vida inteira, e que era só isso que gostaria de falar e agradeceu; a seguir, tomou a palavra o Sr. Alexandre da Silva Santos que cumprimentou a todos, agradecendo pelas indicações que foram aprovadas, e falou da vaga de idoso que não tinha no Azulão, e que todos conheciam lá, que na semana que passou começou o Campeonato Amador de Salão, demarcação de estacionamento de motos, também, estava pedindo ao Executivo que fosse colocado, e a proteção que fosse colocada nas grades, dentro do Azulão, que não tinha, e várias pessoas já sofreram acidentes, de bater a cabeça, as costas, a perna, de quebrarem a perna lá, e se o Executivo pudesse dar uma atenção ou até mesmo o Secretário de Esportes, que era do interesse dele, do Lebrão; falou, também, de um requerimento que era sobre o radar que foi firmado, que foi feita uma licitação, um contrato que era de quase dois milhões de reais, sendo que a cidade estava passando por um momento difícil, e dizia que tinha uma dívida de cinquenta e quatro milhões, e colocarem radar no Município sendo que estava faltando fralda, leite, ajuda de “Vale gás”, aluguel, e as pessoas lhe cobravam na rua, se eles não iam tomar nenhuma atitude, e que também lhe cobravam bastante daquela dívida do Hospital estava tendo agora, e que não tinha remédio, e aí o Município vinha e alugava quatro radares, cinco radares por quatro anos, sendo que tinha outras prioridades no Município, que estava deixando a desejar, e que já se passaram nove meses de Governo e a solução queria saber qual providência iria ser tomada pelo Executivo, e que o papel dele era cobrar e era isso que ele estava fazendo ali; disse que todas as suas indicações e requerimentos eram devido às cobranças que ele tinha na rua, não tinha nenhum problema com o Executivo, e que queria parabenizar as palavras que o nobre Vereador Zidane falou da Promotoria Pública, e que ele, Xanddy, foi o único Vereador que votou contrário, e que não teve nenhuma pressão política, também, não foi convidado para nenhuma reunião para ser, de certa forma, comprado ou induzido a votar de outra forma que ele não quisesse, e que até agradecia ao Executivo, ao Prefeito que respeitou sua decisão e sua votação; agradeceu pela atenção e desejou boa noite; a seguir, tomou a palavra o Sr. Ângelo Roberto Torres que cumprimentou a todos, àqueles que estavam presentes na Casa, e os agradeceu pela presença; agradeceu pelos seus requerimentos e indicações, e ressaltou a questão do reparo da lombada da Avenida Antonio Pinto Catão, em frente à Anjofarma, que, devido ao recapeamento que foi feito, essa lombada passou a ficar mais fácil passar por ela, e que muitas pessoas da região do Planalto, da Doze de Setembro que vinha para cruzar a “Pinto Catão”, eles questionavam, porque não tinha, a fila se

formava grande, porque aquela lombada ajudava a reduzir um pouco a velocidade para o pessoal estar entrando; disse que teve uma reunião com o Dr. Agostinho, naquela semana, o pessoal do Trânsito, e desses pontos e demais pontos, foi conversado, da Cidade, e que vinha sendo feito um planejamento para melhorar todas essas situações para ver se eles conseguiam minimizar o problema de cada um, e facilitar para todos; disse que o pessoal vinha desenvolvendo um bom trabalho, e que acreditava que, em breve, eles teriam resultados bons sobre essas questões, e como o nobre Colega Xanddy questionou a respeito dos radares, ele não iria ali discutir a forma de pagamento ou quer que fosse, mas aprovava aquela atitude, disse ao Vereador, porque era uma forma de se respeitar a velocidade, porque muitas pessoas lhe questionaram, lhe procuraram, perguntando porque foram tirados os radares, principalmente, defronte à FAJ Um, na avenida do Bon-Netto, como era mais conhecida, não era a avenida do Bon-Netto, mas era conhecida assim, era a rua Amazonas; disse que à noite, ali, não tinha estacionamento, os ônibus paravam na Avenida, e, realmente, era perigoso, e as questões das multas, ela retornava para o Município, uma parte vinha para o Município, e que no final, acabava até ajudando, disse ao Vereador, o caixa, os cofres públicos para estar solucionando estas demandas, e que tal verba tinha que ser gasta no trânsito, e que viu ali, naquele dia, quase todos os Vereadores pediram a pintura de ruas, pintura de faixa de pedestres, sinalização vertical e horizontal, e que tudo isso envolvia nesta Secretaria, e que eles sabiam, sim, o problema que eles encontravam na questão financeira da Prefeitura, e que acreditava que o pessoal vinha se desdobrando para estar se acertando e que aquela forma era uma forma de estar entrando, também, um pouco de dinheiro para esta Secretaria estar cobrindo essas demandas, que eram as demandas que ficavam na questão do trânsito, a questão de lombada, que ele tinha dito, enfim, em todos, mas uma vez agradeceu a todos, a compreensão de cada um, e que na sexta-feira, tinha Ari Toledo, e que iriam dar risadas; desejou boa noite; a seguir, tomaria a palavra o Sr. David Hilário Neto, que a passou; tomou a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que cumprimentou a todos, dizendo que ia lembrar e ressaltar aos nobres Pares, mas o Bozó tinha feito muito bem, que eles tinham aí uma série de projetos na Casa, que tinha que ter uma certa celeridade, um deles era o PPA e o Orçamento Municipal, que dependia de Audiências Públicas, e tinha alguns outros que estavam entrando na Casa, e pediu que, através da próxima reunião de Comissões, eles pudessem dar seguimentos a todos esses, que inclusive era a respeito de arrecadação, era receita para o Município, e infelizmente, o Município de Jaguariúna não estava numa situação privilegiada,

a questão dos radares, como foi dito ali e levantado, eram cinco radares que seriam colocados no Município, e que já existiam, mas acabaram sendo, ao longo do tempo, deteriorados, não tinham mais atividades, mas o Município estava dependendo de ações e os recursos dessas multas para serem reinvestidos na área que era o trânsito do Município, além disso, eles tinham ali o projeto que chegou na Casa, agora, da CIP, que era a Contribuição de Iluminação Pública, e que, felizmente, a Presidente Dilma deu uma redução na conta de Energia de todos os contribuintes, algo em torno de vinte por cento, mas de uma certa forma deixou a incumbência de toda a manutenção da rede para os municípios, e que era das empresas concessionárias, enfim, deu com uma mão, tirou com a outra, enfim... e cabia, realmente, a eles, Vereadores, decidirem se esses recursos iriam, seriam votados na Casa e se onerariam os contribuintes através das contas, num valor que seria pago em detrimento deste serviço que o Município teria que fazer a partir do ano de dois mil e quatorze, a partir de janeiro, impreterivelmente, as concessionárias não fariam mais isso, e que o projeto tinha que ser votado meio em breve, porque todo projeto que demandava recurso tinha que ser votado noventa dias antes do final do ano para ser cobrado no próximo ano, e que cabia à Câmara, tomar decisão e colocar o projeto em votação o quanto antes; disse ainda, aos nobres Pares e em resposta ao grande amigo Hilário, que ele entrou com um projeto de lei, alterando um inciso das atribuições do COMDEMA, e que estavam solicitando ao COMDEMA que ele tivesse as prerrogativas de poder analisar se uma entidade que prestava serviço na área ambiental merecia ter o reconhecimento por parte do Município, que fazia um bom serviço, e que era esse o seu intuito, nada ligado à Trilhos, mas sabia que a Trilhos seria uma grande beneficiada, se o Município, realmente, atestasse que eles eram uma entidade que prestava serviço na área ambiental, assim como existia no Conselho de Assistência Social as entidades que prestavam serviços na área de atendimento às pessoas portadoras de necessidades, às crianças que eram do ECA, Casa Dia, Lar Feliz, enfim, antes deles receberem qualquer tipo de subvenção, qualquer ajuda do Município, eles tinham que passar pelo Conselho Municipal, que dava o atestado para que o Município, realmente, pudesse contribuir com essas entidades e que era isso que a Trilhos pretendia, e era isso que pedia o projeto, e que não era nada ligado à Trilhos, era genérico para todas as entidades que prestavam esse serviço e ao COMDEMA, um Conselho do Município poder referendar essas entidades, e que esse era o caminho e que estava aí na Casa para ser discutido e votado, como a Casa quisesse; disse, ainda, que gostaria de dar só uma pincelada naquilo que o Zidane tinha dito a respeito da intervenção

do Poder Judiciário nas decisões da Câmara, e que achava que foi de uma forma muito equivocada, por parte do Judiciário do Município em tomar tal decisão, foi uma liminar e que não foi nenhuma decisão, o processo continuava e a essa liminar cabia um agravo, ainda, enfim, mas que achava que ela tinha se equivocado; ressaltou que o Ministério Público nas suas alegações que conseguiu a liminar, citava um monte de questões particulares, de filho de Prefeito, Prefeito, enfim, questões de ações que existiam na Justiça, mas só lembrando os nobres Pares, desde dois mil e onze, quando o processo foi votado nesta Casa e encaminhado para a Promotoria Pública, em nenhum momento foi aberta alguma ação civil, algum inquérito civil, dizendo se aqueles recursos que existiam lá na conta do FUNDEB, foram desviados ou não; disse que seria algo, realmente, que a Justiça poderia contribuir para esta Casa; disse que a Casa podia rever seus atos, e assim o fez, assim como a Comissão analisou que os recursos estavam na conta, e foram destinados nos três meses subsequentes, e que a Justiça podia fazer esse bel serviço à Sociedade e esclarecer à população, através do processo que se encontrava lá que, realmente, houve o dolo, porque esse era o grande problema, houve o dolo, perguntou; disse que pensava que não havia problema em se ter a conta rejeitada, desde que ela não fosse por ato doloso de improbidade administrativa e que era isso que a Justiça tinha que dizer, e que até então ninguém tinha dito; disse que estavam brigando nas esferas judiciais e eleitorais, mas o cerne da questão não se tocou, e ele teve, e que disse ele, o Promotor, teve todo o tempo suficiente de analisar esta questão que estava lá desde dois mil e onze, enfim, ele quis pegar uma questão de moralidade, de impessoalidade, e cabia, realmente, à Câmara se defender com essas questões, e que achava que tinha sido uma infrigência do Poder e esperava que fosse solucionado o quanto antes; agradeceu, pois tinha acabado seu tempo, e desejou noite a todos. Terminado o Expediente, o Sr. Presidente suspendeu a sessão por 15 (quinze) minutos, conforme determinava o Art. 149, Parágrafo Único, do Regimento Interno. Terminado o prazo concedido, o Sr. Presidente reabriu a Sessão determinando a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Adilson José Abracez, Alexandre da Silva Santos, Alfredo Chiavegato Neto, Ângelo Roberto Torres, David Hilário Neto, Fábio Augusto Pina, Gerson Antonio, Luiz Carlos de Campos, Luiz Gustavo Gothardo, Rita de Cássia Siste Bergamasco, Rodrigo da Silva Blanco, Romilson Nascimento Silva e William de Souza Silva. Constatado número regimental, o Sr. Presidente deu início à Ordem do Dia: Em Segunda Discussão foi apreciado o Projeto de Lei Complementar nº 011/2013, do Executivo Municipal, que substitui o Anexo

XVII (Jornada de Trabalho), da Lei Complementar nº 209/2012, que dispõe sobre o regime jurídico único estatutário, regime próprio de previdência social e plano de cargos, carreiras e vencimentos dos servidores públicos integrantes do quadro funcional da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Jaguariúna, e dá outras providências. (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50 § 1º, III, do R.I. cc Art. 42 da LOM). Em Discussão e Votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. Terminada a Ordem do Dia, o Sr. Presidente deu início à Explicação Pessoal dos Senhores Vereadores, que se manifestariam sobre atitudes pessoais assumidas durante a Sessão ou no exercício do mandato (Art. 168, R.I.): pela ordem, tomou a palavra o Sr. William de Souza Silva que cumprimentou mais uma vez a todos, dizendo que gostaria de fazer um comentário sobre um requerimento que fez referente ao convite, atendendo aí a colocação do Presidente e outros Vereadores que tiveram o mesmo entendimento, para que, efetivamente, o Prefeito e o Secretário viessem até a Câmara para que pudesse ter uma relação de harmonia e que esclarecessem a situação da condenação do Tribunal, foi citada a denúncia feita pelo nobre Vereador Xanddy, na época, e que diante disso se fazia muito importante até diante da real situação em que se encontrava o Município, até porque se havia valores que tinham que ser restituídos, não sabiam se havia alguns tipos de recursos, se o processo ainda estava em andamento, pelo que muito bem foi colocado pelo Jurídico, e deixou muito claro que não havia nenhum tipo de recurso e os valores tinham que ser restituídos ao Município; disse que, independente que fosse o Prefeito, fosse o irmão do Prefeito, achava que eles ali tinham a responsabilidade, a finalidade da Câmara de estar convocando quem estivesse nesse tipo de situação, e que o objetivo nem era uma situação pessoal, nenhuma autoridade pública, e sim de esclarecer diante dessa condenação do Tribunal, e tinha certeza que outras pessoas se incluíam nesse tipo de situação, e que iria procurar, na próxima sessão, estar tendo o mesmo tipo de conduta, e que achava que isso vinha de encontro à necessidade do Município, das restituições; disse que gostaria de aproveitar o momento e discordar do nobre Colega Neguita, na colocação do requerimento do Xanddy, e que tinha entendido a finalidade, concordava com o nobre Colega Xanddy, entendeu a finalidade dele, e que achava que eles tinham algumas prioridades, não que não fosse importante o radar, mas eles sofriam algumas cobranças, algumas simples, mas muitas importantes, principalmente, na área da Saúde, as questões dos medicamentos, era uma cobrança eminente, diária, que eles sofriam, disse que se tinham prioridades, achava que a questão do radar, esses recursos poderiam esperar, e que esse era seu entendimento, e

que o objetivo do nobre Colega foi, sim, as prioridades, e que achava que o radar podia esperar um pouco mais, a forma de retenção de recursos, tinha outras prioridades; agradeceu pela atenção e desejou boa noite a todos; a seguir, tomou a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que cumprimentou a todos, novamente, dizendo que gostaria de continuar sua fala, só lembrando aos nobres Pares e convidando-os, que não deu para entrar na pauta desta sessão, e que a OAB os convidou para uma solenidade que iria acontecer no Salão do Júri, no próximo dia dezesseis de setembro, às dezessete horas, sobre o Projeto “OAB Concilia”, e que estava feito o convite a todos os pares que queriam participar desse evento, que seria dia dezesseis, segunda-feira, às dezessete horas, no Salão do Júri, no Fórum; disse, ainda, de aproveitar a oportunidade para lembrar a todos, naquela semana, e fazer ali suas saudações à querida Cidade de Jaguariúna, que neste ano completava o quinquagésimo nono aniversário de emancipação política administrativa, e para eles era uma honra muito grande, como Vereador da Casa, poder estar ali, naquela data, compartilhando com os seus munícipes desta data festiva, e a alegria, da qual a Cidade era o berço deles, e que ela pudesse sempre, realmente, estar disposta e preparada a os acolher, como ela sempre acolheu, e ele, como Vereador desta Casa ficava muito honrado de mais uma vez estar ali e poder prestar a esta Cidade, que sempre os acolheu muito bem, os parabéns ao seu aniversário; disse que, naquele ano, realmente, foi um ano atípico nas suas pretensões, porque eles pegaram uma cidade com uma dificuldade financeira muito grande, as coisas vinham acontecendo e aparecendo, como foi dito ali, os Governantes da cidade estiveram em Brasília tentando um recurso junto ao Governo Federal, através de uma auxílio do Ministério da Saúde para o Hospital, através de empréstimos ou através de um auxílio, de uma subvenção, e que a surpresa foi que o Hospital não poderia receber porque tinha uma dívida com o INSS; disse que, para que todos soubessem, o Município, através da Organização Social da ASAMAS, conseguiu, junto ao Governo Federal, a filantropia, que eles não pagavam a parte patronal, que era aquilo que cabia ao gestor, contribuir aos cofres do Governo Federal, com o INSS, quando fez, aproximadamente, dois anos e meio, esqueceram de mandar um ofício pedindo a renovação desta parte da filantropia, e ficou no esquecimento, e o Governo Federal começou a lançar o débito da parte patronal, e, infelizmente, quando eles foram lá para tentar receber algo do Governo, foram preparados e com uma notícia que eles tinham que pagar a dívida primeiro, que era em torno de doze milhões de reais, para assim depois receber alguma subvenção; disse que, infelizmente, eram atos que aconteceram, de uma falta de preparo dos Governantes e também da

Administração do Hospital que fez com que o Hospital chegasse a esta situação, mas que eles tinham fé e sabendo do trabalho que isso seria revertido ao Hospital, em pouco tempo, mas, realmente, demandava recursos, e que, realmente, tinha que ser cada vez mais recebidos, para dar uma contraprestação de serviços para a Sociedade; disse que, infelizmente, eles podiam abrir mão de tanta coisa antes, mas hoje não podiam mais abrir mão de nada, tinham que arrecadar para poder dar uma contrapartida; disse que hoje estavam observando que muita coisa seria feita por parte da Administração para que o Governo arrecadasse mais, e que isso era algo impopular, mas cabia a Casa uma certa coerência, verificar se, realmente, era o necessário para eles poderem, devagarzinho, saírem dessa situação caótica; disse que esteve, no dia anterior, no Teatro, e comentou, não sabia, com algum Colega Vereador, e que estavam ali comemorando, e aproveitou para parabenizar a Casa da Memória, pela apresentação da exposição com as fotos do Futebol em Jaguariúna, e que ali eles estavam percebendo que até dois mil e oito foram várias ações em áreas prioritárias, que eram Saúde e Educação, e que viram o Município terminar um Teatro, terminar a Casa da Memória, executar obras que não era de tanto interesse, mas tinham recursos para poderem fazer coisas que, realmente, hoje, eles estavam usufruindo, e que hoje estavam vendo o Município patinar numa situação, e não conseguir, às vezes, concluir uma creche, concluir uma escola, por questões financeiras e burocráticas, e que percebiam a mudança que aconteceu em apenas quatro anos de Administração; disse que as coisas estavam difíceis, realmente, e pedia à população que tivesse um pouquinho de calma, mas sabiam que estavam no caminho certo e que, realmente, em breve os benefícios chegariam à população, mas ressaltou o aniversário de emancipação política, e parabenizou a toda a população que sempre contribuiu para a grandeza desta Terra, e que achava que esse era o maior patrimônio, que era o Povo, então, mais uma vez, externava esse parabéns a todos, que eles pudessem aproveitar esta semana para se dedicarem ao Município, e buscar soluções para os problemas; agradeceu, desejando boa noite a todos; a seguir, tomou a palavra o Sr. Adilson José Abracez que cumprimentou a todos, dizendo que tinha dividido sua fala em duas partes para que pudesse explicar bem, também, ou pelo menos mais um pouco, que foi lida a moção da APAE, em repúdio ao CONAE, e disse que toda aquele estudo tinha muita coisa boa, mas era preocupante esta resolução, e leu: “sete: o número de matrículas em educação especial ofertadas por organizações filantrópicas, comunitárias e confessionais, parceiras do Poder Público, sejam congeladas e, finalmente, esta modalidade de parceria seja extinta em dois mil e dezoito, sendo

obrigatoriamente, assegurado o atendimento da demanda diretamente na rede pública, na perspectiva da educação inclusiva.” Pediu para que imaginassem que a APAE se iniciou em mil, novecentos e cinquenta e quatro, na fundação, na emancipação de Jaguariúna, e que era para imaginarem que tinha duas mil, cento e vinte e três entidades no Brasil, uma experiência de quase sessenta anos e aí, de repente, o Poder Público que, realmente, tinha a obrigação de cuidar, achava ou tinha a pretensão de achar que até em dois mil e dezoito ele podia deixar de lado essas entidades, que ele iria dar conta de uma educação difícil, de uma educação muito especial, para não repetir, mas era especial mesmo, era muita diferença entre um aluno e o outro, cada caso era um caso, e essa experiência da APAE, que era maravilhosa, estava funcionando, e que, de repente, impor uma questão dessa que até dois mil e dezoito fosse extinta a parceria, queria dizer, as verbas federais que eram carreadas para estas entidades, fossem extintas, congeladas e extintas, e o Poder Público, nestes poucos anos iria ter a experiência, o Know How, de cuidar de todas as crianças, como ela estava cuidando muito bem das crianças normais, hoje, nas escolas, que ela se esforçava muito, mas não vinha conseguindo, infelizmente, e que imaginavam isso, imaginavam que o Estado podia sim, contribuir muito, podia até fazer a escola inclusiva, incluir essas crianças, mas ela tinha que ser opcional, ela tinha que ser adquirindo experiência, tinha que ser feito um laboratório, tinha que ser uma coisa que não se podia desmanchar de repente o que estava funcionando e por para funcionar uma coisa que eles conseguiam, que estava na mão do Estado e a mão do Estado não era uma mão muito boa para cuidar disso; disse que era só e agradeceu. Terminada a Explicação Pessoal, o Sr. Presidente encerrou a Sessão, convocando a próxima Sessão Ordinária para o dia dezessete de setembro de dois mil e treze, terça-feira, com início determinado para às dezenove e trinta horas. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que lida e achada conforme, vai devidamente assinada.

Vereador Alfredo Chiavegato Neto
Presidente

Vereador Adilson José Abracez
Vice Presidente

Referente à Ata da 20ª Sessão Ordinária, realizada aos 10 de setembro de 2013.

Vereadora Rita de Cássia Siste Bergamasco
Primeira Secretária

Vereador Ângelo Roberto Torres
Segundo Secretário



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

CERTIDÃO

Certifico e dou fé, que a Ata da Sessão acima encontra-se devidamente assinada pela Mesa Diretora do biênio a que se refere, registrada em livro próprio e arquivada na Secretaria Legislativa desta Câmara Municipal.
Câmara Municipal de Jaguariúna, 29 de agosto de 2019

VEREADOR WALTER LUÍS TOZZI DE CAMARGO
Presidente da Câmara

